



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS
Ata da 126ª reunião extraordinária, realizada em 23 de dezembro de 2021

1 Em 23 de dezembro de 2021, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do
2 Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG), por
3 meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio
4 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). Compareceram os
5 seguintes conselheiros titulares e suplentes: Representantes do Poder
6 Público Estadual: Marcelo da Fonseca, representante da Semad; Fernando
7 Gustavo da Silva Quirino, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
8 (Seplag); Pedro D'Angelo Ribeiro, da Secretaria de Estado de Agricultura,
9 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Gabriela Figueiredo Lima, da Secretaria
10 de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Verônica Ildefonso
11 Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Joice
12 Rodrigues da Cunha, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Carlos Eduardo
13 Sales Alves Filho, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
14 (Seinfra); Ivonice Maria da Rocha, da Secretaria de Estado de Educação
15 (SEE); Ângelo Luiz Rezende, da Secretaria de Cultura de Minas Gerais
16 (Secult); Bergson Cardoso Guimarães, do Ministério Público do Estado de
17 Minas Gerais (MPMG). Representantes do Poder Público Municipal: Maria
18 Eduarda de Moraes Lana, da Prefeitura Municipal de Itabirito; Eduardo
19 Machado de Faria Tavares, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte;
20 Jaqueline Flaviana de Santana, da Prefeitura Municipal de Betim; Josias
21 Gomes Ribeiro Filho, da Prefeitura Municipal de Araçuaí; Lucas de Oliveira
22 Castro, da Prefeitura Municipal de Viçosa; Eliliane Aparecida Marciano, da
23 Prefeitura Municipal de Santa Bárbara; Gilberto Gonçalves Quintão, da
24 Prefeitura Municipal de Rio Pomba; Ivonete Almeida de B. Marcelino, da
25 Prefeitura Municipal de Itapeva; Antônio Geraldo de Oliveira, da Prefeitura
26 Municipal de Patrocínio. Representantes dos Usuários de Recursos
27 Hídricos: Lucas Pereira Rocha, do Departamento Municipal de Água e
28 Esgoto de Uberlândia (Dmae); Renato Junio Constantino, da Companhia
29 Energética de Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da

30 Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Guilherme da Silva
31 Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
32 (Faemg); Deivid Lucas de Oliveira, da Federação das Indústrias do Estado de
33 Minas Gerais (Fiemg); João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de
34 Mineração (Ibram); Maria Aparecida Borges Pimenta Vargas, da Associação
35 Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva Oliveira, do
36 Sindicato das Indústrias do Açúcar no Estado de Minas Gerais (Siamig);
37 Leonardo Romano, da Associação de Aquicultores e Empresas
38 Especializadas do Estado de Minas Gerais – Peixe MG; Francisco de Assis
39 Lafetá Couto, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes da Sociedade
40 Civil ligada aos Recursos Hídricos: Gustavo B. Malacco da Silva, da
41 Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Paulo
42 José de Oliveira, do Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas; Antônio
43 Eustáquio Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Helena Lúcia
44 Menezes Ferreira, do Conselho Regional de Biologia - CRBio 4ª Região;
45 Marcos Miguel Temponi Godinho, do Conselho Regional de Engenharia e
46 Agronomia (Crea); Décio Antônio Chaves Beato, da Associação Brasileira de
47 Águas Subterrâneas - Núcleo Minas Gerais (Abas/MG); Valter Vilela Cunha,
48 da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Sylvio
49 Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Leonardo
50 Campos de Assis, da Universidade de Uberaba (Uniube) e Edson de Oliveira
51 Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas
52 Gerais (ICA/UFMG). Assuntos em pauta. **1) EXECUÇÃO DO HINO**
53 **NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O
54 Presidente Marcelo da Fonseca declarou aberta a 126ª reunião
55 extraordinária do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Em
56 seguida, foi feita a exibição de 2 (dois) vídeos institucionais, o primeiro
57 sobre a Revista Mineira de Recursos Hídricos (RMRH) e o segundo, sobre os
58 Resultados Institucionais do Sisema em 2021. **3) COMUNICADOS DOS**
59 **CONSELHEIROS.** Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de Belo
60 Horizonte): “Boa tarde a todos! Eu só queria uma informação. Eu tenho
61 alguns amigos com os quais eu falei da Revista, eles são pesquisadores no
62 Chile, no Canadá e na Europa. Eu gostaria de saber se é possível a publicação
63 desses artigos e se for possível, vocês encaminharem o vídeo institucional

64 ou o link de acesso para eles poderem analisar e, se for o caso, enviar os
65 artigos que estão desenvolvendo em pesquisas em relação aos recursos
66 hídricos. Eu acho que o compartilhamento de conhecimento, mesmo que
67 as realidades sejam bem diferentes, todo conhecimento sempre nos ensina
68 alguma coisa. Por isso, eu gostaria de saber se é possível o encaminhamento
69 do vídeo institucional da Revista de Recursos Hídricos e da Revista Mineira
70 ou do link, para que eu possa transmitir para eles. Era só isso, obrigado”.

71 Presidente Marcelo da Fonseca: “É possível sim, Conselheiro. Recebemos
72 trabalhos nacionais e internacionais. Encaminharemos tanto o link quanto
73 o vídeo para o seu e-mail, para realizar a divulgação com os seus pares”.

74 Conselheiro Gustavo Malacco (Angá): “Boa tarde a todas e a todos! Eu
75 quero parabenizar todo o trabalho que foi apresentado pela Semad e Igam,
76 em seu nome, Marcelo, eu tenho acompanhado a sua gestão. E já desejar
77 boas festas a todos e também um ano de 2022, que tenhamos que
78 finalmente sair um pouco do nariz da água em relação a esse momento
79 crítico, de muito luto, mas também uma reflexão em relação a nossa
80 democracia, que é muito importante para o próximo ano. Eu quero te
81 agradecer, Marcelo e ao Igam, pelo ciclo que terminamos recentemente,
82 em meados de agosto, em relação ao projeto do Fhidro, que foi financiado
83 pela Angá. Nós já apresentamos, protocolamos toda a prestação de contas,
84 os relatórios e queria agradecer a presença dos servidores do Igam, assim
85 como os da Semad e de várias casas no evento. Foi muito rico, foi muito
86 importante, nos ajudou muito na consolidação das informações e o
87 documento agora, é do povo mineiro, para que possam utilizá-lo. É um
88 documento que detectou cerca de 7 mil hectares de área de preservação
89 permanente de um passivo ambiental, de um plano de ação de uma bacia
90 que serve o segundo maior município de Minas Gerais, Uberlândia. Serve
91 também áreas estratégicas para a conservação da biodiversidade, o
92 agronegócio, a indústria, agricultura familiar. Então, há um bom caminho,
93 de agora em diante, basta a gente ter política pública, tanto estadual como
94 nos 3 municípios. Então, eu queria deixar esse agradecimento! E por fim,
95 vendo aqui atentamente a apresentação, tanto do trabalho realizado pela
96 Semad, essa breve prestação de contas e também um planejamento,
97 gostaria de reforçar, que parece que a gente não quer que se torne um

98 tabu, que não esteja no planejamento da Semad, a criação de unidades de
99 conservação pública, sabe? Não falta portfólio de propostas da Semad,
100 nesse governo, que até agora, pelo que consta, não foi criada nenhuma
101 unidade de conservação pública, mesmo tendo formas que não
102 impactariam o empreendedor. A gente sabe que tem refúgios, dá para
103 trazer a questão de compensação. Então, a gente espera que esse último
104 ano de governo, desses 4 anos que se encerram, eu não vi nesse
105 planejamento, quando a gente fala em adesões de compromissos
106 internacionais, quando falamos de preservação de águas. A Angá inclusive,
107 tem uma proposta apresentada ao IEF, ao governo de Minas Gerais, que
108 preservaria os principais mananciais de água de Uberlândia, estratégicos, e
109 nós não estamos vendo, e continuamos a enxergar um certo 'tabu'. Parece,
110 que virou uma palavra que não pode andar nesse governo. Estamos fazendo
111 uma crítica construtiva e esperamos que essas propostas, alguma coisa saia,
112 seja exprimida pelo menos aquelas propostas que sabemos ter que
113 atualizar os conflitos e entendemos que existem elas dentro da Semad.
114 Vamos ver se a gente tem vontade política do Governo em andar, deixando
115 de atender apenas os interesses da indústria e do agronegócio, mas
116 também, entender a importância de trabalhar com o direito difuso e
117 coletivo também. Encerro por aqui. E novamente, desejo a todos e a todos,
118 boas festas e um ótimo 2022". Presidente Marcelo da Fonseca: "Obrigado
119 Gustavo pelas palavras. Quanto a sugestão, vou encaminhar para a
120 secretária Marília e para a Maria Amélia, diretora-geral do IEF. Eu não
121 conheço na íntegra, o planejamento do IEF, para poder falar se tem ou não
122 a previsão da criação de novas unidades de conservação. Mas, posso deixar
123 claro aqui o empenho, que tanto a Semad quanto o IEF têm feito para
124 aprimorar a gestão das unidades de conservação, garantindo que a sua
125 finalidade seja alcançada. Que é a preservação dos nossos ecossistemas".
126 O Presidente Marcelo da Fonseca passa a palavra ao conselheiro Renato
127 Constâncio (CEMIG): "Boa tarde, Marcelo e a todos os demais colegas
128 conselheiros. Vou iniciar a fala, desejando a todos um Feliz Natal e um
129 próspero 2022. Como participante da diretoria do Comitê do Rio das Velhas,
130 como Vice-presidente e estando também no Conselho de Administração
131 fazendo parte de vários entes da Agência Peixe Vivo, me preocupa muito a

132 questão da aprovação dos relatórios de contrato de gestão da Peixe Vivo
133 com o Igam. Eu lembro que há um ano atrás, creio que o conselheiro Nelson
134 da Copasa, hoje Presidente da Agência do Conselho de Administração,
135 nosso parceiro aqui, a gente apresentou na última plenária do ano passado
136 e já ocorreu um ano e nos preocupa muito, enquanto Agência Peixe Vivo,
137 enquanto Comitê do Rio das Velhas, esta questão da aprovação dos
138 relatórios de contratos de gestão. Eu queria dar os parabéns pela
139 apresentação aqui de vários resultados, só temos a valorizar o esforço da
140 equipe do Igam, da Semad, mas nos preocupa muito os contratos de gestão.
141 Então, a mensagem é essa. Eu desejo a todos um Feliz Natal. Obrigado”.

142 Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado Renato, só a título de
143 informação, a equipe do Igam que trabalha com prestação de contas, foi
144 reestruturada, com o nosso compromisso de concluir essas prestações de
145 contas, com a maior brevidade possível e além disso, nós estamos
146 trabalhando no aprimoramento do processo de prestação de contas. Então,
147 estamos trabalhando no que foi entregue, mas também nos preparando
148 para os próximos relatórios que estarão chegando na instituição. Então, nós
149 dividimos em dois momentos, estamos atacando o passivo, mas sem deixar
150 de planejar e preparar as novas prestações de contas com um olhar mais
151 otimizado do processo. Então, vou reforçar o nosso compromisso de
152 concluir essas prestações com a maior brevidade possível. Por motivos
153 óbvios, a gente está priorizando a conclusão das prestações de contas do
154 Instituto BioAtlântica (IBIO), que teve o contrato com as bacias do rio Doce
155 encerrado. Então, para encerrarmos esse ciclo, a equipe está concluindo os
156 trabalhos do IBIO, mas também está seguindo com os demais, de acordo
157 com as prioridades que elencamos. Mas, está no nosso cronograma esse
158 trabalho com a bacia do rio das Velhas”. O Presidente Marcelo da Fonseca
159 passa a palavra ao conselheiro Sílvio Andreozzi (UFU): “Boa tarde,
160 Presidente Marcelo e todos os conselheiros presentes na reunião. Eu queria
161 falar rapidamente sobre dois assuntos. O primeiro foi aquele que tratamos
162 na semana passada, a respeito da solicitação de que o Projeto de Lei
163 apresentado pelo Governo Federal, nominalmente, para tratar da
164 infraestrutura hídrica e que no projeto apresentado acaba modificando ou
165 intervindo profundamente na Lei das Águas, pelo menos, em alguns

166 aspectos. E solicitar que isso seja discutido no Conselho Estadual de
167 Recursos Hídricos, para que tenhamos pelo menos a possibilidade de que
168 Minas apresente algum tipo de reflexão sobre os impactos que isso acabará
169 causando. Se o PL for aprovado da maneira como se encontra, nós teremos
170 modificações na própria legislação mineira, terá que ser alterada. Teremos
171 que modificar profundamente, e coisas que talvez não sejam, pelo menos
172 na primeira leitura, que eu fiz na primeira análise, não creio que existam
173 ganhos para a questão hídrica ou para a gestão da água, exatamente, no
174 estado de Minas Gerais e no Brasil, de maneira genérica. Então, gostaria de
175 solicitar a possibilidade de pautar esse assunto, de nós, pelo menos
176 acompanharmos, estudarmos e apresentarmos algum tipo de interferência
177 no processo que está sendo desenvolvido em Brasília. Essa é primeira
178 solicitação. A segunda, é uma manifestação pessoal, de solidariedade com
179 o movimento dos servidores da Secretaria de Meio Ambiente, do pessoal
180 do Igam. A pauta que chegou ao meu conhecimento, acho de total justiça,
181 inclusive, a questão do plano de carreira, a valorização dos técnicos, a
182 valorização da formação acadêmica da pós-graduação, a organização da
183 carreira, a incorporação de gratificações como base salarial e não mais
184 como benesse. Então, eu queria manifestar aqui publicamente a
185 solidariedade com o movimento e faço votos que uma diretoria que é
186 composta por técnicos oriundos do Sistema, não são pessoas alheias, isso
187 possa sensibilizar de alguma maneira o Governo do Estado e que ele, pelo
188 menos, pare de se manifestar nas redes sociais dizendo que os servidores
189 têm privilégios e privilégios, isso não agrada a população do Estado, até
190 porque eu sou servidor público e ouvi recentemente que nós não
191 trabalhamos durante a pandemia. Nós não paramos de trabalhar durante a
192 pandemia! Nós continuamos trabalhando, às vezes até mais, porque essa
193 condição remota, as pessoas acham que a gente pode fazer reunião de
194 manhã, a tarde e à noite. Então, eu gostaria muito de explicitar o meu apoio
195 ao movimento e solicitar ao diretor do Igam, que hoje preside esse pleito,
196 para que nos contatos que tem com o Governo do Estado, para que o
197 governador entenda que muita coisa que foi conquistada pelo movimento
198 dos trabalhadores do Estado, não são privilégios, mas são condições
199 diferentes da iniciativa privada, porque as condições de manutenção do

200 trabalho também são diferentes. E lembrar que os servidores públicos que
201 aguentaram durante 2 (dois) anos e têm aguentado, fortemente, durante
202 esses 2 (dois) anos da pandemia, o sistema de saúde, o sistema de
203 vacinação, também são servidores públicos que têm feito isso. Obrigado
204 pelo espaço, Marcelo, e espero que eu tenha falado no momento correto
205 conforme a nossa conversa na semana passada. Obrigado”. Presidente
206 Marcelo da Fonseca: “Correto, professor Sílvio. Acho que todos receberam
207 a proposta de Lei que foi encaminhada ao Congresso, denominada Marco
208 Hídrico, popularmente Marco Hídrico, mas que traz uma referência na
209 grande parte, a questão de uma política de infraestrutura hídrica, mas que
210 também faz alguns ajustes, vamos chamar assim na política federal de
211 recursos hídricos. Eu acho que seria importante essa discussão, aqui é o
212 fórum máximo da gestão de recursos hídricos dentro do Estado. O que eu
213 encaminho e sugiro é que na próxima reunião do Conselho, façamos um
214 convite ao MDR, que está capitaneando esse processo de elaboração do
215 Marco Hídrico, para estar aqui, fazer uma apresentação sobre o projeto,
216 seus fundamentos e que possamos contribuir com as nossas discussões,
217 com as nossas percepções. Quanto ao movimento grevista, eu como
218 servidor de carreira, agradeço as palavras do professor Sílvio e, também,
219 deixar registrado, o empenho de todo o governo, na pessoa da Secretária
220 Marília, da Secretária Luiza e de todos nós, dirigentes do Sisema em apoiar
221 essa mediação, essa articulação, mediação mesmo, entre os pleitos dos
222 servidores, que são justos e a situação também financeira do governo. Tem
223 que ser feita uma avaliação sobre esses 2 (dois) aspectos e estamos
224 acompanhando de forma muito próxima essas discussões e torcemos para
225 que nos próximos dias, alcancemos o sucesso nessa negociação”. Na
226 sequência o Presidente Marcelo da Fonseca passa a palavra ao conselheiro
227 Nelson Guimaraes (Copasa): “Boa tarde a todos! Marcelo e demais
228 conselheiros, acho que como Presidente que estou hoje, da Agência Peixe
229 Vivo, eu não poderia deixar de corroborar com a fala do Renato. Essa
230 situação do passivo da prestação de contas é uma situação que tem deixado
231 tanto a Agência quanto, também, o Comitê de Bacia em uma situação muito
232 desconfortável, gera uma ansiedade muito grande e sabemos de todo o
233 esforço, que o Igam tem feito e a própria Semad, para vencer uma série de

234 passivos que existem dentro do Sisema como foi apresentado e que as
235 coisas têm caminhado. Mas, Marcelo, apesar dessa situação que você
236 coloca, das providências que, também, você acabou de nos informar, eu
237 acho que a gente precisaria ter realmente uma coisa mais concreta, de uma
238 previsão de quando é que poderíamos estar aguardando a finalização desse
239 processo, de forma que realmente tenhamos um horizonte e que essa
240 situação, como já disse, deixa o clima de ansiedade para todos nós que
241 estamos envolvidos com o Comitê do Velhas e com a Agência, que isso
242 possa ser realmente resolvido. E também reforçar a proposta do professor
243 Silvio, realmente acho muito pertinente essa proposta de se trazer uma
244 discussão, aqui no Conselho Estadual, sobre esse Marco hídrico, como você
245 mesmo reforçou. Acho que é um espaço importante dessa condição, dessa
246 proposta ser aprofundada e ser melhor avaliada. Obrigado”. Na sequência
247 o Presidente Marcelo da Fonseca passa a palavra ao conselheiro Pedro D.
248 Ribeiro (Seapa): “Boa tarde Marcelo, boa tarde demais, Conselheiros. Só
249 vou aproveitar o espaço, uma vez que estamos fazendo essa reunião
250 extraordinária na antevéspera de Natal para desejar boas festas a todos e
251 agradecer pelos trabalhos. Bom, eu vou desejar aqui um ano melhor, a
252 gente sabe como 2021 foi um ano árduo para todos, com perdas, com
253 muitas dificuldades de toda forma, financeiras e econômicas, um custo
254 muito alto de vida. E dizer que sempre que seguirmos a ciência e agora, com
255 a sequência da vacinação, nós teremos a possibilidade de vislumbrar uma
256 perspectiva melhor e na área ambiental, não é diferente. Então, eu queria
257 agradecer muito aos colegas do Sisema pelos trabalhos, aos demais colegas
258 do setor econômico e da sociedade civil, até nos momentos de embate e de
259 atrito, a gente cresce, tentando sempre buscar uma composição que seja
260 melhor para todo mundo. Agradecer a estrutura que o Sisema nos oferece,
261 o Copam, a Secretaria Executiva, os técnicos e os funcionários estão
262 presentes, a todos, inclusive nesse momento grevista. Entendemos que o
263 movimento é legítimo, apesar de ter diferenças de pautas, e desejar boas
264 festas a todos. Aproveitar e desejar uma boa reunião, boas festas e um feliz
265 Ano-Novo”. O Presidente Marcelo da Fonseca passa a palavra ao
266 conselheiro Paulo José (Instituto Guaicuy): “Presidente Marcelo, boa tarde,
267 na pessoa de quem eu cumprimentar a todos. Primeiro dizer da felicidade

268 de estar aqui pela primeira vez, participando desse Conselho,
269 representando o Instituto Guaicuy. Aproveitar para desejar boas festas
270 também. Um ano novo de pleno sucesso para nós, principalmente quanto
271 a política preservacionista e também registrar o nosso apoio ao movimento
272 dos servidores em greve, nossa solidariedade a todos. Nós sabemos da
273 eficiência, da presteza e da boa vontade do pessoal, sempre nos atendem,
274 ao longo de tantos anos que a gente vem caminhando aqui nas câmaras. E
275 propor, Presidente, se for possível, se for aprovado pelo Plenário, uma
276 moção de apoio aos servidores, a esse movimento. E se for possível, colocar
277 em pauta para aprovar uma moção de apoio aos servidores. Então é um
278 prazer enorme. Vamos à pauta vai ser extensa. Muito obrigado”. Presidente
279 Marcelo da Fonseca: “Obrigado, Paulo. Quanto à moção que você sugere,
280 peço que prepare um texto que você entende que deve ser colocado e
281 colocamos em apreciação ao final da reunião”. O Presidente Marcelo da
282 Fonseca passa a palavra à conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho
283 (Segov): “Eu só gostaria de solicitar que constasse em ata, de forma integral,
284 a fala do professor Sílvio, só para que eu, enquanto Segov, possa levar o
285 assunto diretamente ao Secretário, porque sei que tem uma negociação
286 ocorrendo com os servidores, mas só para deixarmos claro que os anseios
287 de certa forma, ainda não foram atendidos. Só para poder levar isso
288 diretamente ao Secretário e ao Governador. Obrigado”. Presidente Marcelo
289 da Fonseca: “Obrigado, Verônica. Fica registrado”. Na sequência passamos
290 para o item 4. Exame da ata da 125ª reunião ordinária, realizada em
291 28/09/2021. Aprovada por unanimidade a ata da 125ª reunião ordinária do
292 Plenário do CERH-MG, realizada em 23 de dezembro de 2021. Votos
293 favoráveis: Semad, Seplag, Seapa, Sede, Segov, SES, Seinfra, SEE, Secult,
294 MPMG, Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de
295 Araçuaí, Prefeitura de Viçosa, Prefeitura de Santa Bárbara, Prefeitura de Rio
296 Pomba, Prefeitura de Itapeva, Prefeitura de Patrocínio, DMAE Uberlândia,
297 Cemig, Copasa, Faemg, Ibram, Abragel, Siamig, Peixe-MG, IABr, Angá,
298 Instituto Guaicuy, Mover, Crea-MG, Abes, UFU, Uniube, ICA/UFMG.
299 Abstencões: Prefeitura de Betim, Fiemg e CRBio-04, todos pelo motivo de
300 não terem participado da 125ª reunião. Ausências, no momento da
301 votação: Abas e Prefeitura de São João do Manteninha. Na sequência, o

302 presidente Marcelo da Fonseca, passa para o item **5. MINUTAS DE**
303 **DELIBERAÇÕES CERH/MG PARA EXAME E DELIBERAÇÃO: 5.1 MINUTA DE**
304 **DELIBERAÇÃO CERH/MG QUE APROVA A METODOLOGIA DE COBRANÇA**
305 **PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DOS**
306 **AFLUENTES MINEIROS DO BAIXO PARANAÍBA, NA FORMA DA**
307 **DELIBERAÇÃO DO CBH PN3 Nº 46, DE 29 DE JUNHO DE 2021. PROCESSO**
308 **SEI/Nº 2240.01.0004421/2021-57. APRESENTAÇÃO: CBH PN3 E IGAM. O**
309 Presidente Marcelo da Fonseca passa a palavra ao conselheiro Nelson
310 Cunha Guimarães (Copasa): “O nosso relato de vistas foi encaminhado para
311 todos os conselheiros. Quando nos deparamos com a proposta de
312 metodologia da cobrança do CBH PN3, a nossa principal preocupação foi
313 realmente em relação a metodologia aplicada, ou seja, a própria DN do
314 CERH-MG nº 68, de 2021, já estabelece a questão de buscar uma
315 simplicidade e transparência dessa metodologia. E quando nós analisamos
316 a proposta, a gente se deparou, obviamente que a fórmula de cálculo era
317 simples, mas as alternativas de PPU’s aplicadas, estabeleceu uma série de
318 variáveis que dificultam inclusive até esse cálculo do valor. Foram definidas
319 principalmente no caso do saneamento, 4 (quatro) fatores que variavam
320 essa PPU. A questão da execução financeira do plano plurianual, que pelo
321 nosso entendimento, é uma ação que independe do usuário. É uma ação de
322 gestão da agência de bacia, da entidade legatária. A questão da população
323 urbana, a questão de zona de criticidade e também a questão de percentual
324 de esgoto tratado. A maneira como está sendo proposto, de calcular esses
325 valores a serem cobrados e a serem pagos pelos usuários do saneamento é
326 complexa. Eu realmente tenho dificuldade de enxergar nela, como é que
327 isso funcionaria na prática. Diante de tantas questões que foram colocadas,
328 vamos estar ressaltando algumas questões que foram colocadas no relato
329 de vistas. A primeira coisa, gostaríamos de colocar a questão do prestador
330 de serviço do município. Nós temos em Minas Gerais e no caso, municípios
331 operados pela Copasa, e municípios que tem uma parte operado pela
332 empresa e parte do município atendido por outra empresa ou serviço
333 municipal ou pela própria prefeitura. Então, na hora que você define para
334 o setor de saneamento, o indicador do município, a gente sabe que existem
335 vários modelos e alternativas. E que em algumas situações, você não teria

336 autonomia como usuário e como responsável pelo saneamento de poder
337 estar interferindo no resultado de outro. Da mesma forma, a questão da
338 aplicação do atendimento em relação a esgoto, que foi definido como base,
339 o Atlas que nós sabemos que tem resultados desatualizados e que os
340 resultados, e a gente espera que com o novo marco do saneamento, nós
341 vamos ter variações muito grandes, já que as metas e os desafios dos
342 contratos do novo marco vão ter objetivo de universalização até 2033,
343 haverá diferenças importantes nesse sentido e a referência na hora que
344 você vai calcular esse valor da PPU, ela já pode nascer desatualizada. E a
345 outra questão que eu vou destacar aqui, eu não vou passar todo o relato,
346 mas que acho que é um fato bastante importante e que é necessário, você
347 poder estar analisando e avaliando melhor é a questão de você ter uma PPU
348 em relação a DBO, o que nós concordamos, é praxe ser utilizado em todos
349 os lançamentos de efluentes, e efluentes de esgoto nas outras bacias. Mas,
350 você também considerar a questão do atendimento de esgoto. No nosso
351 entendimento, está onerando 2 (duas) vezes pelo mesmo motivo, porque
352 nós sabemos que quando não há atendimento de esgoto, a apuração do
353 valor da cobrança já é feita de forma a ter um valor maior para aquelas
354 DBOs acima de 300, ou seja, daquelas áreas que não são atendidas com o
355 esgotamento sanitário, e daquelas áreas que tem tratamento e que a
356 performance disso vai ser variável em função desse resultado de carga
357 orgânica. Então, quando a gente onera a PUP em função de DBO e também
358 de atendimento, no nosso entendimento, como Copasa, nós estamos pelo
359 mesmo motivo, cobrando a mais uma PPU, sendo que a causa e a condição
360 são as mesmas. Nós entendemos que essa metodologia e principalmente
361 esse item é um fator de reflexão que precisa ser melhor discutido. Eu coloco
362 essa situação que está no nosso pedido de vistas e é uma preocupação. Eu
363 acho que, inclusive é uma questão que pode servir de exemplo para outras
364 discussões que vão estar acontecendo nos outros Comitês, de tentar buscar
365 essa simplicidade de apuração e que realmente precisa ser discutida. O que
366 aconteceu foi que após a nossa entrega de vistas, nós buscamos contato
367 com o Comitê de Bacia, com o Antônio Giacomini, Presidente do Comitê,
368 conversamos a respeito dessas reflexões que foram colocadas no pedido de
369 vistas e fizemos um acordo de cavalheiros, mas tendendo ser um

370 compromisso, de que essa questão para o saneamento vai ser discutida no
371 Comitê novamente, e para isso eu gostaria inclusive de convidar o nosso
372 representante do Conselho Estadual de Uberlândia que está aqui
373 representado pelo Lucas, que está participando dessa discussão. Mas de
374 forma, a não prejudicar a questão de suspender o instrumento que a
375 Copasa entende ser importante e a política define a cobrança que nós,
376 então retificaríamos e retificamos, a nossa recomendação de devolver a
377 proposta de cobrança para o Comitê. Para manter, a gente votaria
378 favorável, já externo o posicionamento da Copasa, mas com o compromisso
379 de durante o ano de 2022, a gente antecipar uma discussão que pudesse
380 estar trazendo uma revisão desse decreto. Então, nesse sentido, Marcelo,
381 a gente retifica o posicionamento que foi colocado no pedido de vistas, mas
382 reforço e gostaria de registrar em ata, o acordo que foi feito junto ao
383 Presidente, para que a gente possa durante o próximo ano, retomar essas
384 discussões referentes a metodologia. Então é isso”. O Presidente Marcelo
385 da Fonseca passa a palavra ao conselheiro Pedro D. Ribeiro (Seapa): “Eu
386 tenho uma dúvida para perguntar ao Thiago (Igam), a você e aos colegas do
387 Igam, a respeito do procedimento. Caso a metodologia de cobrança
388 aprovada pelo Comitê seja rejeitado, qual é o procedimento
389 administrativo? Vai ser devolvido ao Comitê para retificação ou nós
390 poderemos fazer alteração dentro do CERH-MG?” Presidente Marcelo da
391 Fonseca: “O Conselho, ele não tem a prerrogativa de alterar metodologias
392 aprovadas pelos Comitês. Nós aqui, ou ratificamos ou devolvemos para
393 adequação, conforme as discussões aqui realizadas. Mas, a prerrogativa de
394 fazer os ajustes é do Comitê”. Thiago Figueiredo Santana (Igam): “Qualquer
395 proposta de metodologia hoje das 4 (quatro) deliberações em pauta, que
396 não forem aprovadas aqui, resultarão em 1 (um) ano sem arrecadação no
397 Comitê da referida bacia. Também é bom informar isso. Hoje, qualquer
398 decisão, tem um peso muito grande a nível de rejeição. Então, foi até nesse
399 sentido e o Nelson, já fez a explanação dele aqui, muito bem colocado,
400 procurou uma forma de tentar equalizar qualquer entendimento sobre a
401 metodologia, de forma também, a não gerar um impacto na bacia. Isso é
402 um mérito muito grande que a Copasa teve nesse processo, por mais que
403 não seja favorável ao proposto, dentro da proposta. Buscou de uma forma

404 harmônica e técnica vincular os pares do Comitê do PN3, para que não
405 houvesse qualquer tipo de problema. Obrigado”. O Presidente Marcelo da
406 Fonseca passa a palavra ao inscrito Antônio Giacomini: “Boa tarde a todos,
407 boa tarde, Marcelo. Realmente, o Nelson teve a gentileza de nos procurar
408 e nós tivemos um bom papo e chegamos a um excelente entendimento no
409 sentido de que, de um lado, realmente ele está consciente, também, que
410 poderia atrasar em 1 (um) ano a cobrança, que já estamos há 3(três) anos
411 discutindo a proposta da metodologia e tudo mais. Realmente a nossa
412 proposta avança um tanto quanto, ela não vai contra, em momento
413 nenhum à metodologia básica do Conselho. Mas, ela procura avançar em
414 alguns casos específicos que são muito importantes para a nossa bacia.
415 Obviamente, que tem questões um tanto quanto polêmicas e que devem
416 ser realmente aperfeiçoadas. Então, conforme ele mesmo falou, nós
417 chegamos a um acordo. Eu, com o respaldo da diretoria e de grande parte
418 dos nossos conselheiros, que foram consultados informalmente, nós
419 fizemos então esse acordo e nos comprometemos a partir do primeiro ano
420 da cobrança, já retomarmos a discussão e, inclusive, com uma assessoria
421 mais especializada, vamos dizer assim, do próprio pessoal da cúpula da
422 Copasa, do Nelson, do pessoal da Abes, do qual inclusive eu pertencço e
423 represento a Abes no Comitê, do qual eu sou Presidente. Então, nós
424 estamos realmente em sintonia. Realmente, estou ratificando aqui esse
425 compromisso, e vamos em frente. Obrigado”. O Presidente Marcelo da
426 Fonseca passa a palavra ao conselheiro Gustavo Malacco (Angá): “Bom,
427 primeiro eu queria só parabenizar o trabalho que foi feito nesse Comitê que
428 eu já presidi, e um pouco dessa discussão de cobrança que começou nesse
429 momento, mas foi essa diretoria, especialmente o Antônio Giacomini, que
430 teve uma participação direta e posso falar até brilhante em entender a
431 necessidade, de aprimorar esse debate. Eu fiquei um pouco afastado o ano
432 passado do Conselho, do Comitê, mas o que nós da organização tivemos
433 representação, inclusive na diretoria, temos a certeza, que houve um pacto
434 ali dentro, de indústria, de saneamento, de produtores rurais, de irrigação,
435 de poder público municipal, do governo de Minas. Isso foi feito dentro do
436 Comitê, então é muito importante respeitar o pacto regional, o pacto local,
437 dentro da legalidade, da tecnicidade que foi feito dentro desse processo.

438 Então, só tenho que parabenizar todos esses entes da maturidade e
439 também agora, esse pacto está sendo feito entre a diretoria e a Copasa,
440 mas entendo que esse processo tem todos os princípios básicos legais e
441 técnicos atingidos, para que a cobrança seja implementada. Esperamos,
442 não perder esse próximo, acho que os desafios são outros, sempre assim,
443 principalmente na bacia do Paranaíba com a má gestão dos nossos recursos
444 financeiros, pela entidade que tem gerido em alguns Comitês. E depois
445 teremos um outro debate sobre isso, muito maduro, muito técnico para
446 buscar uma boa gestão para a aplicação desses recursos. Mas, parabéns
447 Giacomini! Parabéns à diretoria do Comitê pelo trabalho, esperamos esse
448 voto de confiança do Conselho, na aprovação”. O Presidente Marcelo da
449 Fonseca passa a palavra ao conselheiro Edson de Oliveira Vieira
450 (ICA/UFMG): “Boa tarde a todos. Eu também gostaria de parabenizar não
451 só o Baixo Paranaíba, mas os demais Comitês que conseguiram
452 implementar e finalizar esse processo, nesse ano. Eu estou como
453 coordenador dessa discussão, da nova metodologia do Verde Grande,
454 talvez seja dos instrumentos de gestão dos mais difíceis de serem
455 implementados. Exatamente pela tentativa de fazer com que os entes e as
456 pessoas envolvidas entendam que não é uma taxa e sim um processo
457 inerente da política da gestão, que é extremamente importante. Mas, eu
458 queria fazer um questionamento geral com relação à todas essas
459 metodologias, que estão sendo aprovadas hoje. Uma dúvida, na verdade:
460 Se passaram por consultas públicas ou se algumas delas não tiveram esse
461 processo. Todas elas passaram por uma consulta pública? É só para eu,
462 como coordenador, entender melhor o caminho, nós estamos quase
463 finalizando os processos do Verde Grande, infelizmente, nós paramos na
464 questão do PPU, que é o momento em que as pessoas querem entender o
465 peso que essa tomada de decisão vai caber no bolso, vamos dizer assim, de
466 cada um, e é onde as coisas travaram. Talvez a gente pudesse estar
467 participando dessa reunião hoje, também com a nossa metodologia. Mas
468 agora, além de aprovação do PPU, nós temos que passar pelo processo de
469 consultas públicas. Essas quatro metodologias passaram em algum
470 momento pela consulta pública? Obrigado”. Thiago Figueiredo Santana
471 (Igam): Não professor Edson, não passaram. No Verde Grande, eu até tenho

472 acompanhado um pouco seu trabalho, e vou lhe parabenizar pela condução
473 técnica dessa discussão. Foi uma decisão do Comitê, nessa questão da
474 consulta pública. O que nós fizemos junto com esses Comitês foi um
475 trabalho de divulgação junto com as entidades, junto com as entidades que
476 representam os segmentos, principalmente produtivos, porque são
477 diretamente impactados por esse valor, como um custo de insumo, água.
478 Mas, consulta pública não foi realizada nesses processos. Para algumas
479 entidades houveram capacitações, via entidades. A Aba fez capacitações no
480 PN1 e no PN3, está trabalhando em um processo de comunicação também
481 para divulgar o processo como um todo. No Grande, o Igam está
482 trabalhando nessa parte do plano de comunicação, mas consultas públicas
483 não”. O Presidente Marcelo da Fonseca passa a palavra ao conselheiro
484 Pedro D. Ribeiro (Seapa): “Só fazer um último comentário depois dos
485 esclarecimentos. Em relação à questão da metodologia, eu acho
486 importante frisar aqui, até para constar em ata, que a situação levantada
487 pelo Nelson, ela diz respeito a questão de indicadores a partir da execução
488 financeira do plano. Porque a gente sabe que muitas vezes a não execução
489 financeira do plano, não depende, seja dos usuários, seja da arrecadação,
490 seja da Agência de bacia ou da própria bacia. Sabemos que, tem fatores
491 exógenos ou externos que impactam nesta não execução. Desde a
492 dificuldade de contratação até entrar em restos a pagar, enfim, é
493 contingenciamento de recursos. Nós sabemos que é uma luta do Sisema,
494 há bastante tempo, para que os recursos da cobrança sejam integralmente
495 repassados, e a Secretária Marília já falou sobre isso mais de uma vez.
496 Conhecendo e podendo falar com alguma propriedade sobre as estruturas
497 da administração pública, mesmo com tudo isso que o governo de Minas
498 tem feito para colocar as contas em dia, a gente sabe que nem sempre vai
499 ser possível, outros recursos para áreas que tem que ser contempladas.
500 Muitas vezes, é necessário cortar mesmo, é necessário contingenciar, para
501 que haja recurso para todas as ações e políticas. Esse fato, e é importante
502 falar isso com o Comitê, me preocupou em relação a essa metodologia, o
503 desvio da metodologia das agências básicas estabelecidas pela DN nº 68 de
504 março de 2021, aprovada por esse Plenário do Conselho Estadual de
505 Recursos Hídricos, o reajuste, não previu a mesma forma de reajustar na

506 DN, que é pela inflação. A gente sabe que no momento atual, a operação
507 inflacionária, é capaz de corroer o poder aquisitivo. Outro ponto que eu
508 gostaria de frisar, é que a irrigação foi diferenciada das outras, pela
509 qualidade de recursos hídricos na agropecuária. E a gente tratou disso
510 também dentro da DN e acho, como representante da Seapa, não sei os
511 demais representantes aqui, entendo ser circunstancial nas modalidades de
512 fato se a ligação que utiliza mais água, as outras modalidades da região
513 podem acabar sendo prejudicadas em detrimento das regiões dos Comitês
514 vizinhos, que vão acabar recebendo outros empreendimentos, devido ao
515 custo quando for feito o custo de gestão. Então, isso pode prejudicar o
516 próprio desenvolvimento agropecuário da região do Baixo Parnaíba,
517 considerando o tamanho do estado de Minas Gerais. São estas as questões
518 e de fato a metodologia é complexa e agradeço o Nelson, o professor
519 Giacomini e os demais membros por essa articulação, para revisar essa
520 metodologia e que o ideal, já foi exaustivamente discutido aqui, que a
521 metodologia seja simples, seja de fácil compreensão pelo usuário. E essa
522 metodologia da forma que está, realmente eu acho que ela não atende a
523 essa premissa de simplicidade. Enfim, de segurança política, de
524 previsibilidade para os usuários. É só para constar isso, de fato não quer ao
525 Comitê externa a cobrança de recursos, dada a urgência, de estruturar a
526 Agência de Bacia de voltar as melhorias que são necessárias na região e
527 também a de reajuste de PCA não vai incidir no primeiro ano, então é uma
528 coisa que permite a rediscussão durante o ano de 2022. Havendo esse
529 compromisso, é só nesse ato que eu queria me manifestar para deixar os
530 membros do CBH cientes a respeito do alinhamento que foi feito, aqui,
531 nesse Plenário, dentro das câmaras técnicas do CERH-MG. Obrigado”. O
532 Presidente Marcelo da Fonseca passa a palavra ao conselheiro Eduardo
533 Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): “Bom, eu só queria deixar bem claro
534 que, a princípio, eu estava em acordo com o relatório da Copasa. Contudo,
535 como é dever de qualquer conselheiro, eu liguei para o Nelson, que me deu
536 todos os esclarecimentos que ele prestou no Plenário agora. Então, eu acho
537 muito importante que haja esse diálogo, não há no Plenário, eu tenho
538 certeza, motivação alguma para atrasar ou para prejudicar qualquer CBH
539 que seja. Mas, essa retificação que o Nelson fez após essa conversa com

540 Antônio Giacomini, eu acho que ela é um exemplo e maturidade do
541 Plenário. Então, eu parabenizo os dois por esse acordo, por esse acerto,
542 apesar da Copasa, talvez seja uma das grandes prejudicadas em termos de
543 usuário, mas ela está abrindo mão de um aspecto para uma coisa maior e
544 possivelmente melhor, mais adequado, mais isonômico e que venha trazer
545 aos próprios CBHs a segurança, eu não digo nem segurança jurídica, mas a
546 segurança operacional para que ele faça um trabalho bem adequado e que
547 corresponda às necessidades de toda a bacia. É só isso. Obrigado”. Após
548 finalizado todos os esclarecimentos, o Presidente Marcelo da Fonseca
549 coloca o item em votação. **Minuta aprovada por unanimidade.** Votos
550 favoráveis: Semad, Seplag, Seapa, Sede, Segov, SES, Seinfra, SEE, Secult,
551 MPMG, Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de
552 Betim, Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de Viçosa, Prefeitura de Santa
553 Bárbara, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Itapeva, Prefeitura de
554 Patrocínio, DMAE/Uberlândia, Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram,
555 Abragel, Siamig, Peixe-MG, IABr, Angá, Instituto Guaicuy, Mover, CRBio-04,
556 Crea/MG, ABAS/MG, ABES/MG, UFU, Uniube, ICA/UFMG. Ausente:
557 Prefeitura de São João de Manteninha. 5.2 Minuta de Deliberação CERH-
558 MG que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos
559 na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, na forma da Deliberação do CBH
560 SF3 Nº 08, de 24 de novembro de 2021. Processo Sei/Nº
561 2240.01.0007201/2021-75. Apresentação: CBH Paraopeba e
562 Igam/Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão. **Minuta aprovada**
563 **por unanimidade.** Votos favoráveis: Semad, Seplag, Seapa, Sede, Segov,
564 SES, Seinfra, SEE, Secult, MPMG, Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Belo
565 Horizonte, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de Viçosa,
566 Prefeitura de Santa Bárbara, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de
567 Itapeva, Prefeitura de Patrocínio, DMAE/Uberlândia, Cemig, Copasa,
568 Faemg, Fiemg, Ibram, Abragel, Siamig, Peixe-MG, IABr, Angá, Instituto
569 Guaicuy, Mover, CRBio-04, Crea/MG, ABAS/MG, ABES/MG, UFU, Uniube,
570 ICA/UFMG. Ausente: Prefeitura de São João de Manteninha. Após
571 aprovação da minuta, o Presidente Marcelo da Fonseca passa a palavra ao
572 conselheiro Deivid Lucas de Oliveira (Fiemg): “ É só para dar os parabéns a
573 todos os envolvidos. Acompanhamos de perto todas as discussões, os

574 conselheiros sabem que a Fiemg tem representação na maioria dos Comitês
575 dentro do Estado. E isso é resultado de um pacto entre usuários, poder
576 público e sociedade civil, que vale a pena deixar registrado. A gente sabe
577 que a cobrança é um gargalo de ambas as partes, mas a partir do momento
578 que a gente consegue discutir, entrar num acordo, em um alinhamento, o
579 resultado é sempre positivo e fica agora esse desafio que é a necessidade
580 da prestação de contas do Igam e dos resultados das agências de bacia, da
581 aplicação do recurso. Mas, eu sou muito otimista e acredito que aos poucos
582 vamos conseguindo bons resultados, comparando-se há 10 (dez) anos
583 atrás, Minas já avançou muito e agora, com essa nova gestão, tem avançado
584 mais. Então, parabéns a todos. Obrigado”. Thiago Figueiredo Santana
585 (Igam): “Boa tarde a todos, só esclarecer sobre as 2 (duas) manifestações
586 que houveram anteriormente do Renato Constâncio da Cemig e do Nelson
587 da Copasa, ambos no Conselho de Administração da Agência Peixe Vivo e
588 aproveitando o ensejo que o Deivid fez menção a essa situação sobre
589 prestações de contas, é só informar que houve uma indicação de data pelo
590 Comitê do Rio das Velhas para um prazo plausível para conclusão das
591 análises de prestações de contas daquela entidade de atuação na bacia. E
592 nos foi indicado e nós chancelamos o prazo de dezembro de 2022. Então,
593 eu não sei se isso passou dentro do Conselho de Administração ou não. Mas
594 o Comitê, e o ofício foi encaminhado pela Agência Peixe Vivo, creio eu,
595 posso depois pegar depois fisicamente e disponibilizar, talvez assinado até
596 mesmo, pela diretora da entidade. Mas, o prazo que nós assumimos foi
597 dezembro de 2022, em consonância com o acordo ao Comitê de Bacia, só
598 para deixar isso claro a todos e estabelecer a manifestação sobre o tema.
599 Obrigado”. O Presidente Marcelo da Fonseca passa a palavra ao conselheiro
600 Eduardo Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): “Só para um
601 esclarecimento, que a própria Secretaria Executiva poderia trazer a você,
602 Marcelo, porque o Décio Beato mandou por e-mail que gostaria muito de
603 estar presente, mas como eu falei aqui a internet está instável e ele não
604 conseguiu participar. Então, eu acho que tem que deixar registrado que não
605 foi por falta de vontade, foi por uma questão tecnológica. Obrigado”. 5.3
606 Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a metodologia de cobrança
607 pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do entorno do

608 reservatório de Furnas, na forma da Deliberação do CBH Gd3 Nº 21, de 24
609 de novembro De 2021. Processo SEI/Nº 2240.01.0003420/2021-21.
610 Apresentação: CBH do entorno do Reservatório de Furnas e Igam/Gerência
611 de Instrumentos Econômicos de Gestão. O Presidente Marcelo da Fonseca
612 passa a palavra ao conselheiro Pedro D. Ribeiro (Seapa): “Obrigado,
613 Presidente. Em relação a esse item, analisando a deliberação, acredito que
614 é uma deliberação que atende as premissas básicas. Foi definido pela
615 simplicidade, não há dificuldade de se entender o que foi pretendido pelo
616 Comitê. E isso é uma coisa de se valorizar e parabenizar o Comitê por ter
617 compreendido bem o princípio de se ter uma boa execução de cobrança
618 com tudo que foi discutido aqui. Mas, fica a minha preocupação e acho que
619 é importante frisar aqui nesse Plenário sobre o respeito às diretrizes básicas
620 da metodologia de cobrança que foi estabelecido. Eu vi que o Comitê optou
621 por aglutinar duas das zonas de preço de diferenciação em uma só. E as
622 zonas estão na parte dispositiva da DN nº 68 e estou falando em uma
623 questão mais de estruturação de norma mesmo que existe. Então, se
624 entende que estamos diante de um problema mais relacionado a forma da
625 Deliberação, mas, o que mais me preocupou mesmo foi a metodologia de
626 formação do cálculo para os setores em relação ao volume outorgado e/ou
627 medido. Eu entendi que o Comitê não seguiu aquilo que foi determinado
628 como diretriz para os diversos setores, isso foi objeto de uma ampla
629 negociação de acordo com a necessidade de balanço de cada um dos
630 setores versus os volumes dos tamanhos das outorgas. Então, aqui a gente
631 só tem a possibilidade de cobrança pelo recurso hídrico, a partir do volume
632 outorgado ou do volume medido. Feitas essas considerações,
633 principalmente quanto as zonas, mas também quanto a esta questão do
634 cálculo, eu acredito que é necessário que o Comitê seja cientificado que
635 talvez a deliberação deles não esteja seguindo as diretrizes que foram
636 determinados pelo CERH-MG. Fora essas ressalvas que são feitas, eu
637 acredito que é uma cobrança plenamente válida. Só fico preocupado com a
638 adequação normativa a respeito da deliberação do Comitê, que talvez fosse
639 importante fazer, como fez o Nelson, o professor Giacomini e os demais,
640 abrir um diálogo com o Comitê, para talvez possibilitar a retificação dessa
641 situação, para que nenhum setor seja prejudicado. A gente tem uma

642 padronização da forma de cálculo para o Estado inteiro, que essa era a
643 intenção desde o começo ao iniciarmos as discussões da questão da
644 cobrança até a publicação do Decreto. São essas as minhas considerações.
645 Obrigado”. O Presidente Marcelo da Fonseca passa a palavra ao Thiago
646 Figueiredo (Igam): “Boa tarde. Sou o diretor da área que é responsável por
647 fazer as análises técnicas das propostas de cobrança e também participei
648 do grupo de trabalho pelo Conselho. Primeiramente, sobre a questão do
649 zoneamento. O zoneamento foi reduzido de 4 (quatro) faixas, como tem na
650 proposta genérica para todo o Estado, que foi a premissa que trabalhou a
651 DN nº 68, para 3 (três) áreas de zoneamento. O Comitê amplamente
652 discutiu nisso e fez uma análise sobre o aspecto local, então foi muito sobre
653 essa ótica de não trazer novas áreas para não atender às expectativas, que
654 foi reduzido. Então, nesse ínterim, nós não vimos qualquer prejuízo nesse
655 aspecto, porque houve uma análise de uma situação local. No Conselho, a
656 gente trabalhou com área de amplo espectro, que poderia ser absorvida
657 por qualquer bacia, mas legitimamente, nesse caso, o Comitê reduziu.
658 Outra situação é a questão da cobrança do setor agropecuário pelo
659 outorgado. O Comitê dentro das suas prerrogativas também, vislumbrou
660 que cobrar somente parcial pelo outorgado e pelo realmente utilizado, pelo
661 declarado, não atenderia pelo volume de usos outorgados para aquela
662 finalidade, algumas expectativas, até mesmo para estruturação mínima e
663 pelo aspecto financeiro também. Mas, isso foi de comum acordo com o
664 segmento da agropecuária, que também fez parte do Comitê de bacia,
665 nesse processo de discussão. Sobre uma situação da DN nº 68, ela traz
666 premissas de diretrizes básicas e entre elas, a simplicidade de forma. Mas,
667 não que sejam idênticas à DN nº 68, porque senão não caberia nem mesmo
668 os Comitês de bacia criarem um processo de discussão, Conselhos locais e
669 com uma negociação, como vários conselheiros aqui colocaram, com os
670 usuários, porque o Comitê tem necessidades de se estruturar, implementar
671 ações do plano e essa deliberação normativa ela foi aprovada um pouco
672 sobre essa ótica, né? Usuários do segmento se manifestaram favoráveis a
673 essa questão de cobrança sobre outorgado, por motivos lá expostos, e fica
674 disponível também a Seapa para qualquer indagação junto ao Comitê nesse
675 processo, caso queira fazer uma revisão ou até mesmo solicitar algum

676 esclarecimento. Mas na ótica da análise técnica, nós não vislumbramos
677 qualquer óbice no processo que houve no GD3. É isso, obrigado”. O
678 Presidente Marcelo da Fonseca passa a palavra ao conselheiro Edson de
679 Oliveira Vieira (ICA/UFMG): “Só complementando a fala do Thiago e
680 respondendo um pouco ao que o Pedro colocou, que quando o Estado
681 coloca um padrão, como ele colocou, de repente fosse padronizada, é
682 muito difícil, Pedro, nós temos diferenças regionais gritantes. Eu falo como
683 coordenador desse processo, no Norte de Minas, as nossas especificidades
684 muitas vezes são totalmente diferentes de bacias, vamos supor, do Sul de
685 Minas ou do Triângulo Mineiro. Então, como o Thiago colocou, é uma
686 diretriz básica, cabe aos Comitês discutir e implementar e fazer ajustes
687 conforme as suas especificidades, inerentes as bacias. É difícil não estarmos
688 tão diversificado, tão heterogêneo, a gente colocar algo que consiga
689 atender, como um todo. Eu acho que essas modificações vão acontecer nas
690 demais bacias que a gente vai analisar as metodologias aqui. Obrigado”. O
691 Presidente Marcelo da Fonseca passa a palavra ao conselheiro Pedro D.
692 Ribeiro (Seapa): “Eu acho que foi bastante esclarecedor, inclusive a Seapa
693 participa e foi discutido amplamente com os setores, talvez por questão de
694 adequação normativa, talvez seja necessário que o CERH-MG se debruce ou
695 as câmaras técnicas do CERH-MG, no ano que vem, uma pequena revisão
696 do texto da DN nº 68. O meu medo é justamente a compatibilidade
697 normativa do texto, da forma como o texto prevê e as modificações que os
698 Comitês estão fazendo. Talvez, alguma pequena adequação no artigo 1º e
699 seus parágrafos, para deixar mais claro essa autonomia dos Comitês,
700 inclusive mexer em qualquer ponto da metodologia ou das diretrizes gerais
701 que foram estabelecidas. Já existe essa determinação, mas entendo que
702 pode haver um conflito normativo entre o que os CBHs estão determinando
703 e a DN do CERH-MG determina. É só essa a minha preocupação mesmo,
704 uma questão mais jurídica. Afinal de contas, é a área onde a gente trabalha,
705 especificamente eu, por essa experiência de trabalhar com normativos, a
706 gente pode acabar vendo algum tipo de conflito. Então, para evitar isso
707 mesmo, talvez seja necessário rever a DN nº 68. Mas, quanto a isso, eu já
708 me dou por satisfeito com as explicações e os esclarecimentos que foram
709 apresentados”. Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado Pedro. Acho

710 muito boa a sua colocação, vou pedir à equipe da Dgas e da Gcon, que faça
711 essa análise, uma leitura conjunta com a Dra. Valéria, a nossa Procuradora,
712 que também está aqui com a gente, para ver se realmente precisamos fazer
713 esse aprimoramento no texto para evitar qualquer tipo de interpretação
714 equivocada. Acho que é esse o seu propósito”. Não havendo mais
715 manifestações, o presidente Marcelo da Fonseca, coloca o item em
716 votação. **Minuta aprovada por unanimidade.** Votos favoráveis: Semad,
717 Seplag, Seapa, Sede, Segov, SES, Seinfra, SEE, Secult, MPMG, Prefeitura de
718 Belo Horizonte, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de
719 Viçosa, Prefeitura de Santa Bárbara, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de
720 Itapeva, Prefeitura de Patrocínio, DMAE/Uberlândia, Cemig, Copasa,
721 Faemg, Fiemg, Ibram, Abragel, Siamig, Peixe-MG, IABr, Angá, Instituto
722 Guaicuy, Mover, CRBio-04, Crea/MG, ABAS/MG, ABES/MG, UFU, Uniube,
723 ICA/UFMG. Ausentes: Prefeitura de São João de Manteninha e Prefeitura
724 de Itabirito. 5.4 Minuta e Deliberação Cerh/MG que Aprova a metodologia
725 de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica Vertentes
726 do Rio Grande, na forma da Deliberação Normativa do CBH Vertentes do
727 Rio Grande - GD2 Nº 35/2021. Processo SEI/Nº 2240.01.0007544/2021-29.
728 Apresentação: CBH Vertentes do Rio Grande e Igam/Gerência de
729 Instrumentos Econômicos de Gestão. **Minuta aprovada por unanimidade.**
730 Votos favoráveis: Semad, Seplag, Seapa, Sede, Segov, SES, Seinfra, SEE,
731 Secult, MPMG, Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Belo Horizonte,
732 Prefeitura de Betim, Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de Viçosa, Prefeitura
733 de Santa Bárbara, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Itapeva,
734 Prefeitura de Patrocínio, DMAE/Uberlândia, Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg,
735 Ibram, Abragel, Siamig, Peixe-MG, IABr, Angá, Instituto Guaicuy, Mover,
736 CRBio-04, Crea/MG, ABAS/MG, ABES/MG, UFU, Uniube, ICA/UFMG.
737 Ausente: Prefeitura de São João de Manteninha. O presidente Marcelo da
738 Fonseca passa para o item 6. Avaliação do Programa de Estímulo a
739 Divulgação de Dados de Qualidade de Água - Qualiágua em Minas Gerais -
740 cumprimento das metas e recursos transferidos até dezembro de 2020.
741 Apresentação: Diretoria de Operações e Eventos Críticos - DMEC/Igam. O
742 servidor da Dmec, do Igam, Matheus Duarte Santos, realizou a
743 apresentação que se encontra disponibilizada no portalmeioambiente.mg.

744 Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado Matheus! Antes de passar a
745 palavra aos conselheiros vou reforçar o que foi colocado: a importância que
746 teve esse Programa para o estado de Minas Gerais. O nosso Sistema de
747 Monitoramento ‘Programa Águas de Minas’ é referência desde 1997. Esse
748 Programa permitiu um avanço significativo na nossa rede, aprimoramentos
749 técnicos na amostragem e até mesmo na análise dos resultados. Então, se
750 trata de um Programa muito caro para nós, temos trabalhado junto com a
751 Agência Nacional de Águas para a continuidade desse Programa, para que
752 tenhamos a continuidade da série histórica. Quem trabalha com dados
753 estatísticos, sabe a importância de se ter uma série histórica com dados de
754 um longo período. Então, estamos fazendo um esforço para não
755 interromper esse monitoramento. Mas, é importante que os recursos que
756 a ANA tem disponível para apoiar os estados, como tem o Pró-Gestão, o
757 Pró-Comitês, como tinha o Qualiágua, seja continuado agora, para que a
758 gente consiga avançar com o nosso monitoramento, em especial,
759 ampliando a cobertura dos monitoramentos dos pontos monitorados quali-
760 quantitativo, quando ocorre esse monitoramento simultâneo”. Não
761 havendo manifestações acerca do assunto, o presidente coloca a equipe à
762 disposição para eventuais esclarecimentos e na sequência destacou que o
763 próximo item será sobrestado para outra reunião. **7. FISCALIZAÇÃO DO**
764 **DESMATAMENTO EM MINAS GERAIS. APRESENTAÇÃO: SUBSECRETARIA**
765 **DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - SUFIS/SEMAD.** Justificativa do
766 sobrestamento: “Em razão do servidor responsável pela apresentação estar
767 em deslocamento do Sul de Minas para Belo Horizonte e ocorreu um
768 acidente na estrada, impossibilitando-o de apresentar pelo fato de estar
769 sem internet e não poder acessar a sala de reunião”. **8. PROPOSTA DE**
770 **AGENDA PARA AS REUNIÕES DO PLENÁRIO DO CERH/MG, EM 2022.**
771 **APRESENTAÇÃO: SEMAD. Agenda aprovada por unanimidade.** Votos
772 favoráveis: Semad, Seplag, Seapa, Sede, Segov, SES, Seinfra, SEE, Secult,
773 MPMG, Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de Betim, Prefeitura de
774 Araçuaí, Prefeitura de Viçosa, Prefeitura de Santa Bárbara, Prefeitura de Rio
775 Pomba, Prefeitura de Itapeva, Prefeitura de Patrocínio, DMAE/Uberlândia,
776 Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram, Siamig, Peixe-MG, IABr, Instituto
777 Guaicuy, CRBio-04, Crea/MG, UFU, Uniube, ICA/UFMG. Ausentes:

778 Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de São João de Manteninha, Abragel,
779 Angá, Mover, ABas/MG, Abes/MG. Na sequência o Presidente Marcelo da
780 Fonseca iniciou a deliberação da Moção proposta pelo conselheiro Paulo
781 José, do Instituto Guaicuy, em apoio ao movimento grevista dos servidores
782 do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com o seguinte
783 texto: “Os conselheiros do Plenário do Conselho Estadual de Recursos
784 Hídricos - CERH-MG, em sua 126ª Reunião Extraordinária, realizada em 23
785 de dezembro de 2021, às 14h, no município de Belo Horizonte/MG, no uso
786 das competências que lhe são conferidas pelas Lei nº 13.199, de 29 de
787 janeiro de 1999, Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, Decreto Estadual
788 nº 26.961, de 28 de abril de 1987 e Decreto Estadual nº 48.209, de 18 de
789 junho de 2021, aprovaram moção, com o seguinte teor: ‘Considerando que
790 os servidores têm um acordo judicial que ainda não foi cumprido pelo
791 Governo do Estado; Considerando que a paralisação acomete a toda a
792 sociedade mineira, em especial à parcela ligada ao Sisema; Considerando
793 que a Sisema é uma das fontes que tem maior arrecadação do governo de
794 Minas Gerais; Considerando que observamos que a Sisema vem sendo
795 sucateada ano após ano pelos governos; Considerando que os servidores
796 são fundamentais para que as políticas ambientais sejam desenvolvidas em
797 Minas Gerais; Considerando a importância das equipes técnicas da Sisema
798 na condução dos processos que proporcionam o desenvolvimento
799 sustentável do Estado; Manifestamos nosso apoio aos servidores do Sisema
800 para que tenham seus pleitos atendidos de forma definitiva, e que o Acordo
801 Judicial seja cumprido pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Nestes
802 termos, pedimos e esperamos Deferimento”. O Presidente Marcelo da
803 Fonseca coloca a proposta de Moção em votação. **Moção aprovada pela**
804 **maioria dos Conselheiros presentes.** Votos favoráveis: Semad, Seapa,
805 Sede, Seinfra, Secult, Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de Araçuaí,
806 Prefeitura de Viçosa, Prefeitura de Santa Bárbara, Prefeitura de Rio Pomba,
807 Prefeitura de Patrocínio, DMAE/Uberlândia, Cemig, Copasa, Fiemg, Ibram,
808 Siamig, Instituto Guaicuy, Mover, CRBio-04, Crea/MG, Abas/MG, UFU,
809 Uniube. Ausentes: Seplag, SES, Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Betim,
810 Prefeitura de São João de Manteninha, Prefeitura de Itapeva, Faemg,
811 Abragel, Peixe-MG, IABr, Angá, Abes/MG, ICA-UFMG. Abstenções: Segov e

812 MPMG (Justificativa: a questão já se encontra judicializada); SEE
813 (Justificativa: pelo fato de não ter tempo para confirmar as informações
814 colocadas no texto). Na sequência o Presidente coloca em discussão, o
815 próximo item **9) ASSUNTOS GERAIS**. O Presidente Marcelo da Fonseca
816 passa a palavra ao Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de Belo
817 Horizonte): “Como é de praxe em todas as reuniões que eu participei, eu
818 quero agradecer à Secretaria Executiva, na pessoa da Vânia Sarmiento e a
819 todos os funcionários do Núcleo dos Órgãos Colegiados pelos serviços que
820 prestaram, pela qualidade do serviço que foi prestado e agradecer,
821 também, aos conselheiros presentes e ausentes. Agradeço muito, o
822 compartilhamento de toda a discussão que tivemos e desejar a todos um
823 Feliz Natal e que todos tenham uma ótima passagem de ano, com muita
824 tranquilidade e muito sucesso. Obrigado”. O Presidente Marcelo da
825 Fonseca passa a palavra ao Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira (Mover):
826 “Boa tarde a todos. Eu quero fazer um breve comentário a respeito dessa
827 moção. Eu acho que uma questão que ficou faltando é sobre a decepção
828 dos servidores, sempre, na maioria, no tempo que eles atuam como redes
829 de estado. E isso não tem sido levado em conta, essa falta de prestígio.
830 Estou dizendo isso para vocês, porque no dia 15 desse mês, eu participei da
831 reunião da CNR do Copam e os representantes dos órgãos do Estado, como
832 a Sede, a Seapa e o próprio Ibama, votaram a favor de um processo,
833 desqualificando os relatórios técnicos elaborados por técnicos do IEF e
834 acataram o recurso e o parecer técnico do consultor do empreendedor.
835 Então, acho que esse tipo de coisa é o que desilude mais ainda os
836 funcionários, até mesmo a questão salarial, a questão de carreira,
837 entendeu? Então, queria fazer essa colocação para dizer para vocês que
838 quando participamos de uma reunião de uma Câmara Normativa e
839 Recursal, e ver o que eu vi, pois pude participar como Conselheiro,
840 imaginamos a tristeza dos servidores. Eu acho que é a primeira vez na
841 história, que um Conselheiro que participa de vários colegiados em Minas
842 Gerais, se propôs a ir pessoalmente, por conta própria, no empreendimento
843 para ver do que se tratava. Eu fiz isso e fui no empreendimento em
844 Presidente Olegário, a 200 km de Paracatu e fiz várias fotografias. No
845 momento da apresentação e da votação do processo, apresentei o que vi,

846 na ótica da minha visão como biólogo, porque se tratava da supressão de
847 uma vegetação para construção de uma barragem, em uma região
848 extremamente sensível e os técnicos mostraram claramente a situação.
849 Mas, entidades de órgãos como a Seapa, a Sede e o próprio Ibama, fora os
850 Usuários, porque os Usuários é de praxe, né? Inclusive na reunião anterior
851 a essa do dia 15, eu pedi vistas do processo, e quando eu pedi vistas, o
852 representante de outra entidade também pediu vistas, e na hora que ele
853 pediu vistas, eu retirei o meu pedido de vistas só para ver a reação dele.
854 Então, uma outra entidade pediu vistas também e foi o que aliviou para ele.
855 Informei que apesar de ter retirado o meu pedido de vistas iria ver *in loco*
856 o que estava acontecendo no empreendimento e fiz um relatório
857 fotográfico minucioso, mostrando a sensibilidade da área. Então, depois a
858 gente fica aí falando sobre a água, e eu fiquei o tempo inteiro esperando
859 essa apresentação a respeito da fiscalização de desmatamento em Minas
860 Gerais. Adianta fiscalizar, para quê? Não adianta nada! O cara vai lá, fiscaliza
861 e de repente entra um recurso, entram os empreendedores e fazem
862 articulação política por trás e daí vem uma ordem de cima para baixo.
863 Conclusão: Fica por isso mesmo! Não adianta querermos tapar o sol com a
864 peneira, porque eu tenho visto isso há anos, há anos, há anos, acontecendo.
865 E aí vemos a situação hídrica e todo mundo fica botando a culpa na crise
866 hídrica, 'não sei que lá' e nós estamos vendo a supressão de vegetação
867 continuar desenfreada em Minas Gerais, para atender outros interesses,
868 principalmente do setor produtivo. Então, eu queria fazer essas colocações
869 para vocês aqui, para que avaliem, também, essa situação pela qual os
870 servidores têm passado ao cumprir seu papel como entes de Estado e
871 muitas vezes são desqualificados por órgãos que deveriam ser órgãos de
872 Estado, que se manifestam como órgãos de Governo, atendendo outros
873 interesses. Então, não tem a democracia que a gente espera, é desilusão
874 total. Eu não sei aonde vamos chegar com essa situação, sei que estou
875 mostrando para vocês com a maior clareza e honestidade possível e dizer
876 que isso precisa ser mudado, mas, precisa ser mudado, sob pena de todo o
877 sistema ficar desmoralizado, porque a questão técnica não é levada em
878 conta. O 'negacionismo' tomou conta de todas as instâncias do País. Então,
879 fica aí essas colocações. Um abraço para todos". O Presidente Marcelo da

880 Fonseca passa a palavra ao Conselheiro Paulo José (Instituto Guaicuy): “Eu
881 deixo os meus cumprimentos aos Conselheiros, desejo boas festas, feliz Ano
882 Novo e muito sucesso. E a Vânia Sarmento, em nome de todos os
883 servidores, que sempre nos atendem com o maior carinho, deixo a ela o
884 nosso abraço e o nosso afeto e aos Servidores. Que no próximo Ano
885 possamos produzir mais, conquistar mais e ser mais felizes. É isso, muito
886 obrigado”. O Presidente Marcelo da Fonseca passa a palavra ao Conselheiro
887 Pedro (Seapa): “Eu gostaria de falar em nome da Seapa, já que ela foi citada
888 aqui pelo Conselheiro Tonhão. Primeiramente, falar com pessoalidade,
889 sobre o quanto que eu respeito e admiro a história do Tonhão. Ele sabe
890 disso! Estive a pouco tempo em Paracatu em um evento do CBH Paracatu.
891 Nós tivemos uma boa conversa e entendo o quanto é importante o
892 Conselheiro ser atuante, ser ativo e se propor mesmo, a cumprir as pautas
893 que são estabelecidas, seja pela CNR, pelo licenciamento, pela supressão
894 vegetal, ou por qualquer unidade colegiada. E sem o trabalho da sociedade
895 civil, das associações e das entidades que representam a Sociedade Civil,
896 nós sabemos que a pauta democrática não pode ser cumprida. E quando
897 estamos falando de democracia, a gente fala sobre isso, sobre tentar uma
898 composição que tenham entendimentos divergentes. Em relação à votação
899 da Seapa, eu gostaria de manifestar que foi uma sucessão infeliz de falas
900 que acabou ocasionando aquela tensão excessiva na CNR. Eu pude
901 acompanhar a reunião depois, preocupado com a repercussão que poderia
902 dar, e acho que o tom não foi adequado ao nível da discussão que estava
903 acontecendo. É a minha impressão e opinião como Conselheiro. Nós,
904 Conselheiros da Seapa, votamos, sempre, embasados na técnica e na parte
905 jurídica também, seja na técnica, seja na jurídica. E quando falamos desses
906 processos em específico, são sempre processos muito polêmicos e as
907 defesas técnicas foram apresentadas e o Presidente Yuri Trovão estava
908 presidindo e estabeleceu muito bem, que tínhamos duas posições técnicas,
909 por o empreendedor contratou um representante técnico que assinou o
910 processo e assumiu a responsabilidade pelo que estava fazendo. O processo
911 foi apresentado, foi analisado e a conclusão da CNR, que é o órgão legítimo
912 para deliberar sobre isso, com a participação de todos os setores, ou seja,
913 bastante democrática, foi a conclusão da votação que foi feita. Vícios de

914 forma, não há vícios de matéria. Então, o que gente conclui é que nem
915 sempre um dos lados vai ter a sua visão prevalecida. Isso não é um juízo
916 monocrático e o mais importante da democracia é justamente o debate e a
917 possibilidade de todos se manifestarem. É só isso que eu queria dizer, muito
918 obrigado”. O Presidente Marcelo da Fonseca passa a palavra ao Conselheiro
919 João Carlos (Ibram): “Logo na fala inicial do professor Sylvio, foi feito
920 comentários sobre o PL do Marco hídrico, proposto pelo MDR. Eu gostaria
921 de ter mais informações, será que a própria Semad poderia passar essas
922 informações para a gente, em que pé está isso, como está andando tudo
923 isso. Talvez haja interesse, também, de outros conselheiros. Hoje, estou
924 tendo informação mais via burocrática, ou seja, mais via política. Eu gostaria
925 de ter uma visão mais específica desse PL, sobre o que foi proposto, em
926 quais e como é que o Igam e a própria Semad, estão vendo essa situação.
927 E solicito uma visão antecipada do projeto, antes da próxima reunião.
928 Obrigado Marcelo”. O Presidente Marcelo da Fonseca: “Nós vamos trazer
929 esse assunto na próxima reunião, João Carlos. A ideia é convidar o
930 Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) para estar aqui conosco,
931 fazendo uma apresentação e a defesa do projeto, para que cada um de nós
932 possa discutir, tirar as nossas conclusões e encaminhar as nossas sugestões
933 em relação ao texto, que lá se encontra. Eu vou solicitar à Secretaria
934 Executiva que encaminhe a vocês, o Projeto de Lei que foi enviado para o
935 Congresso Nacional, e também a apresentação que foi feita no Conselho
936 Nacional de Recursos pelo próprio MDR.” O Presidente Marcelo da Fonseca
937 passa a palavra à Vânia Sarmiento (Núcleo dos Órgãos Colegiados):
938 “Aproveitar a última reunião deste ano para agradecer aos Conselheiros do
939 Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, em nome da
940 Secretaria Executiva. Nós da equipe, estamos sempre bem próximos,
941 mandamos e-mail, ligamos, mandamos WhatsApp, e costumamos às vezes
942 ser até repetitivo, mas o intuito é sempre de interagir para que todas as
943 entidades possam participar, possam estar representadas e tenhamos
944 paridade entre os segmentos. Nessa época de reunião remota a gente,
945 realmente, tem se superado e tentado contatar todos os conselheiros de
946 forma que possam estar aqui participando! E aproveitar para dizer ainda
947 que foi um ano difícil, tivemos momentos muito difíceis, de desafios, de

948 perdas de pessoas queridas e desejar a cada um, especialmente nesse
949 momento natalino e de um novo ano que bate a nossa porta com novas
950 oportunidades, que a luz do Natal acenda em todos os corações o amor
951 fraterno e que os desafios enfrentados ao longo desse ano nos ensine a dar
952 mais valor para as coisas mais simples da vida. Um feliz e Santo Natal para
953 todos, um 2022 cheio de alegria, paz, esperança, sabedoria, fé e
954 principalmente muitos abraços. Que esse Natal venha renascer em nossos
955 corações o desejo de estarmos mais próximos. Muito obrigada a todos. Nos
956 desculpem, por alguma coisa e desejamos a todos o melhor, fiquem com
957 Deus!”. Presidente Marcelo da Fonseca toma a palavra: “Hoje, como
958 Presidente desta reunião, queria agradecer a sua dedicação e de toda a sua
959 equipe, sem vocês não conseguiríamos fazer mais essa reunião, quase no
960 Natal, e com esse resultado positivo”. Vânia Sarmiento (Núcleo dos Órgãos
961 Colegiados): “Obrigada, Marcelo. Quero deixar um beijo para a Ludmila,
962 que está com uma bebezinha de 3 meses, vivendo a maternidade, para a
963 Sabrina que se encontra como gestora das reuniões do CERH-MG, enfim, a
964 todos da nossa querida equipe. Um grande beijo, fiquem com Deus.
965 Obrigada, Senhor Presidente”. Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado!
966 Agradecer a todos os Conselheiros pela disponibilidade de estar aqui
967 conosco. Sabíamos do desafio que seria fazer uma reunião hoje,
968 antevéspera do Natal e todos vocês cumprindo, como sempre, o papel e a
969 responsabilidade com este Conselho. Conseguimos entregar para a
970 sociedade mineira, na data de hoje, 4 (quatro) deliberações, que vão mudar
971 a realidade de 4 (quatro) bacias hidrográficas, a partir do ano que vem,
972 quando o índice começa a incidir a cobrança. Esse é só um retrato, um
973 pequeno recorte de como foi importante a participação de vocês, não só
974 aqui no Plenário, eu sei que muitos de vocês também participam das
975 câmaras técnicas, que culminaram nesse ano com uma série de entregas
976 importantes para a gestão de recursos hídricos. Muito obrigado a todos e
977 um Feliz Natal, um ano de 2022, mais sereno, de muita saúde. Eu lembro lá
978 no final de 2020, já desejávamos isso e infelizmente 2021, ainda foi um ano
979 intenso. Espero que realmente 2022 seja mais tranquilo, que a gente possa
980 desfrutar das nossas amizades, das nossas famílias, com um pouco mais de
981 tranquilidade. E espero, contar com cada um de vocês em 2022, para que a

982 gente consiga avançar ainda mais na gestão de recursos hídricos. A
983 Secretária Marília, infelizmente, não conseguiu entrar na reunião, ela tinha
984 feito o compromisso de estar aqui com vocês agora para dar um Feliz Natal.
985 Então, ela pediu que eu o fizesse. E agradecer também em nome dela pela
986 dedicação de cada um de vocês neste Conselho. Muito obrigado a todos,
987 boa tarde, um Feliz Natal e que o ano de 2022 seja de muitas realizações.
988 Obrigado” 10) ENCERRAMENTO. Não havendo outros assuntos a serem
989 tratados, o Presidente Marcelo da Fonseca agradeceu a presença de todos
990 e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

991

APROVAÇÃO DA ATA

992

993

994

995

Marcelo da Fonseca

996

Presidente suplente do Conselho Estadual de
Recursos Hídricos de Minas Gerais

997

998

999